



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

*Discurso na solenidade de sanção das
alterações à Lei de Diretrizes e Bases da
Educação Nacional (LDBN) – Lei nº 4.024/61*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 24 DE NOVEMBRO DE 1995

Senhor Ministro da Educação, Professor Paulo Renato; Senhores Ministros de Estado, tão numerosos hoje aqui, em homenagem ao Ministro da Educação; Senhores Líderes do Governo que aqui se encontram; Senhores Parlamentares; Senhoras e Senhores,

Quero felicitar o Ministro Paulo Renato e a educação no Brasil, bem como os congressistas. E quero felicitá-los pela persistência. Não é fácil. Qualquer mudança mais profunda demanda paciência, perseverança, incompreensões, mas é preciso que não se percam nem o ânimo nem o rumo. E o Ministro Paulo Renato não perdeu nem o ânimo nem o rumo. Até, pelo contrário, tem um ânimo que me deixa – olha que não sou de pouco ânimo – com inveja. Ontem me telefonou cinco vezes para dar a notícia e não conseguiu falar comigo. Só à noite é que pude falar com ele. Mas isso mostra o empenho, mostra o entusiasmo com que ele se joga nessa tarefa.

E, efetivamente, o que está acontecendo, em termos da reorganização da educação no Brasil, é muito profundo. Os parlamentares, que são os que mais acompanham de perto, e os que estão aqui pertencem a

esse grupo, que é mais numeroso do que isso, sabem que nós, efetivamente, estamos dando prioridade à educação, para valer, e que estamos conseguindo o apoio do Congresso, sobretudo em questões que são difíceis, como reformas constitucionais. E foi aprovada, na Comissão de Justiça, também, uma reforma importantíssima, dentro do conceito de valorização do ensino primário e do professor.

Esta manhã, eu estava em Teresina, no Piauí – o Deputado Paes Landim me deu a honra da companhia, bem como alguns Ministros e outros parlamentares, todos os parlamentares do Piauí, na verdade – e eu me referi ao fato de que gostaria muito que o ano que vem fosse o ano no qual nós nos concentrássemos na questão educacional. É a segunda vez que digo a mesma expressão aqui: uma mística da educação. E, para isso, nós estamos montando um quadro, um quadro legal, um quadro jurídico, para permitir que efetivamente, nós possamos mudar o rumo do problema da educação no Brasil.

E por que tenho tanto empenho – o Ministro também, nós todos – na educação, talvez até mais do que em qualquer outra área social, embora todas sejam importantes? Porque, no momento em que se resolver, efetivamente, a questão educacional, estaremos ajudando muito na questão do emprego, pois no futuro os excluídos não vão ser os que são excluídos hoje. Mesmo gente que tem alguma formação, mesmo havendo oferta de emprego, se não tiver, realmente, capacitação específica, não terá emprego. E nós temos que prepará-la hoje, a partir de já, porque esse futuro chega com muita rapidez.

Mas não é só por isso: é porque a educação, como toda a gente diz e repete, é fundamento da democracia e da cidadania, permite o julgamento, o juízo, evita que a pessoa fique simplesmente sendo manipulada por um conjunto de dados, informações e quadros, diante dos quais ela, muitas vezes, sucumbe, porque não pode formar um juízo próprio.

E, contrariamente ao que muitos pensavam, a sociedade, no próximo milênio – pelo menos é o que parece por agora – não vai ser, simplesmente, nem mais a sociedade do famoso filme do Carlitos, que sai correndo para acompanhar a máquina – quer dizer, o homem é que, na verdade, é o apêndice da máquina –, nem o que veio a ser depois,

uma sociedade onde havia uma tremenda manipulação pelos meios de informação e que massificaria e homogeneizaria. É outra sociedade que está sendo desenhada aí, é uma sociedade que dá lugar à escola, à escolha individual.

Isso é uma novidade muito importante e vem ligada à tecnologia. Hoje, mesmo, aqui, nós já podemos, por exemplo, na televisão, selecionar canais; nos computadores, selecionar informação; formar, nós próprios, os novos quadros de referência e, portanto, ter mais liberdade.

A idéia orwelliana do horroroso mundo novo não está se configurando. Está se configurando um mundo onde a potencialização da liberdade é maior. Há condição de que exista um cidadão educado, que tenha formação, que seja capaz de operar sistemas e capaz, também, de selecionar as informações e formar seu juízo próprio. Então, de novo, ou nós fazemos isso na nossa escola, desde a escola primária, ou nós estamos condenando uma parcela grande dos brasileiros à exclusão nesse novo milênio que está se aproximando.

Além disso, nesses projetos do Ministério da Educação, existe algo de muito fundamental, que é a valorização do professor de uma maneira inventiva, criativa. Os recursos da educação vão ser destinados, prioritariamente, de verdade, porque isso está lá na emenda constitucional, ao ensino primário. Não vai haver mais o subterfúgio de não usar para o ensino primário. E haverá uma regra: nós vamos fazer com que, em cada município, em média, se utilizem 300 reais por estudante e que o salário médio em cada município seja de 300 reais, pelo menos.

Dir-se-á: “Mas que absurdo! Só isso?” Quem sabe, para quem viva nas metrópoles do Sul, isso seja um absurdo. Só que, quem não está lá – e eu vim do Piauí hoje – sabe que o salário às vezes não chega a ser o mínimo. Muito freqüentemente não é o mínimo. Então, nós estamos, realmente, dando muito mais para as áreas mais pobres e, portanto, estamos fazendo, também, redistribuição de renda e diminuindo diferenças regionais. E o Governo central vai equalizar, vai dar os recursos àqueles municípios que não tenham condição de, efetivamente, cumprir esses preceitos.

Então, são mudanças muito importantes que estão se desenhando, que estão sendo aprovadas no Congresso agora, cujo efeito é de mé-

dio prazo. Mas nós não viemos para o Governo para fazer efeitos especiais, figuração, fantasias, não é isso: é para mudar o rumo do Brasil. E nós estamos mudando o rumo do Brasil. Estamos mudando na área econômica – eu não vou me referir a ela –, mas também estamos mudando na educação, e vamos mudar nas várias outras áreas, vamos mudar, efetivamente.

E, agora, esse passo das universidades é muito importante: a nova visão do Conselho Federal de Educação, a separação das Câmaras e, sobretudo, a questão do credenciamento, da avaliação. Sociedades atrasadas, sociedades tradicionais têm horror à avaliação, horror. Querem que as coisas sejam como sempre foram e que as pessoas, digamos, por tradição, permaneçam pelo menos onde estão e, se possível, subam um pouco mais, sem serem avaliadas. Assim vale para tudo. Isso não funciona no mundo atual.

No mundo atual tem que haver competição. Não é competição que não tome em consideração o social – tanto estamos tomando que comecei por falar da necessidade de igualar as oportunidades na base. E não estamos falando de penalizar o estudante – disse-o muito bem aqui o Ministro –, mas sim de evitar que se criem instituições que reproduzam a ignorância, que reproduzam a incompetência e que sejam uma farsa para ganhar dinheiro, ou, estando no setor público, que também sejam uma farsa para fingir que estão dando um desempenho adequado, sem estar dando o desempenho adequado.

Já existem experiências no Brasil. A Capes faz a avaliação dos cursos de pós-graduação. Em qualquer país que tenha um espírito mais aberto, as avaliações são normais. Os departamentos são classificados; não é nem a universidade, é cada departamento. Varia de ano a ano, e há modos objetivos de avaliar. Pois é isso que está se propondo.

Não se está propondo avaliar o estudante que foi vítima, por exemplo, de uma arapuca educacional. Não. Está se propondo aqui, através dessa medida, evitar que haja mais arapucas ou que aquelas que existem continuem aí, privilegiadamente, funcionando como se fossem escolas, sem ser escolas.

Quem não sabe das escolas de fim de semana – todo o Brasil sabe disso –, que não formam ninguém? E não adianta mais ter o título de doutor. Doutor de quê? Em geral, não são doutores de nada. E os que são, nem dizem que são, porque estão com outro espírito. Não adianta mais, ninguém está ligando para isso. Quer-se saber do desempenho. Qual é a competência efetiva? Como é que demonstrou, efetivamente, no seu desempenho, que tem o saber necessário para exercer aquela função?

Então, essa aprovação feita pelo Congresso é meritória, porque a resistência era grande. Resistência dos piores interesses, não dos melhores. O Ministro já apontou quais eram. E, infelizmente, resistência, muitas vezes, de setores que pensam que estão na vanguarda. Eu digo isso sempre com piedade: “Meu Deus, que vanguarda é essa que vota contra tudo que é bom para o povo? Em nome do quê? Do atraso? Da vanguarda do atraso?” Esta resiste, sempre, a todas as mudanças. Mas o Ministro tem conseguido vencer, paulatinamente – ou melhor, o Ministério, pois quando digo o Ministro estendo os agradecimentos ao corpo de funcionários, ao corpo de dirigentes que lá trabalham.

E também repito: o Congresso tem compreendido, tem apoiado. Ninguém pode pensar que apertou um botão e o Congresso reage, porque não é assim. O Congresso muda. Se não mudasse, para que o Congresso? Para homologar? Não. O Congresso existe realmente para dialogar, não é para homologar.

Claro que esse diálogo tem que ser feito, também, com o Executivo dando as suas razões, também não é cedendo ao primeiro argumento contrário, não é? É preciso haver uma espécie de luta mesmo, de conflito. Não de conflito de baixos interesses. Não, não. De conflito de idéias, de pontos de vista, de perspectivas. Esses conflitos são respeitáveis, são razoáveis. Mas nós temos conseguido a aprovação porque estamos no rumo que o País sabe que é correto, porque o País sabe que é preciso ter coragem para enfrentar essas questões. E o Ministério da Educação encontrou o caminho.

De modo que acho que o Ministro Paulo Renato teve muita sorte ontem, porque, não tendo tido esse amável encontro que nós temos, quase todos os dias, com aqueles que nos ajudam a difundir as idéias, hoje teve com uma massa muito grande. E muitos Ministros que aqui

estão certamente não é por causa da reunião de amanhã, não. É para essa reunião de hoje.

Então, foi a sorte que teve o Brasil saber que o Congresso ajudou, que nós demos um passo adiante. E tenho certeza de que todos que estão aqui farão um esforço enorme para botar manchetes boas do Brasil: "O Brasil está avançando na educação."

Muito obrigado.